

## Censura e Imprensa no Estado Autoritário

Censura, Imprensa, Estado Autoritário  
1968 - 1978 : o exercício cotidiano da dominação e  
da resistência - O Estado de São Paulo e Movimento

AQUINO, Maria Aparecida de. Bauru EDUSC, 1999

Maria do Carmo Martins<sup>1</sup>

“De quantas coisas assombrosas te foram reveladas desde quando cruzamos aquela porta que a todos dá acesso, nada viste que se iguale a este arroio, que apaga quanta chama sobre si caia”

Dante Alighiere – A Divina Comédia, Canto XVI.

Desvendar a história da ditadura militar não tem sido tarefa fácil. Ela é recente, tempo presente na memória de milhares de brasileiros. Sua história é feia, principalmente porque o desmascaramento do período permite-nos ver a sociedade convivendo com a mentira e aprendendo a assimilar o autoritarismo, como indica o jornalista Alberto Dines no prefácio da obra *Censura, Imprensa, Estado Autoritário* (1968–1978).

Histórias envolvendo violência física aos opositores do regime foram as primeiras que vieram à tona, em forma de apelo e dor, denunciando escândalos e abusos de poder. Os depoimentos do projeto *Brasil: Nunca Mais*<sup>2</sup> mostraram como o torturador exercia seu poder, como o governo legitimava sua ação. Esse projeto apresentou nomes de desaparecidos políticos e mostrou que o regime militar brasileiro não pode ser considerado pouco violento, ou pouco repressivo, somente porque em outros países da América Latina as ditaduras produziram mais vítimas.

Recentemente, em artigo publicado na Revista Brasileira de História, MAGALHÃES (1997)<sup>3</sup> trouxe-nos a figura do *informante*, ele também um cidadão brasileiro, que colaborou com a polícia política da ditadura militar e que, com suas ações, ajudou a definir os indivíduos “subversivos” aos olhos torpes daquele Estado. Seu trabalho mostra a organização do sistema de informações, dando-nos pistas sobre como os agentes eram hierarquizados no Serviço Nacional de Informações (SNI) e como reiteravam essa hierar-

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Educação - Unicamp

<sup>2</sup> *Brasil: Nunca Mais - um relato para a história* (1985), Petrópolis, Editora Vozes.

<sup>3</sup> MAGALHÃES, M.D.B. de. (1997) A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, v. 17, (n 34), pp. 203-220. Ed. Humanitas.

quia ao investigar a vida dos brasileiros subversivos. Seu olhar sobre os informantes desloca a nossa capacidade de enxergar a ditadura, para o interior do Estado repressor.

Uma das várias faces da repressão é aquela que censura. Os *censores* são protagonistas que colaboraram para que a ditadura militar brasileira construísse uma imagem positiva sobre si mesma. O livro de AQUINO, originário de uma dissertação de mestrado defendida no Departamento de História da Universidade de São Paulo no início dessa década, corresponde à tentativa de ir além das imagens recorrentes, nas quais os jornais substituíam as notícias opositoras ao regime militar, por poemas de Camões ou por receitas culinárias.

A autora, historiadora social, demonstra, com estudo de caso sobre o jornal diário *O Estado de São Paulo* e sobre o semanário alternativo *Movimento*, como os exercícios de dominação e de resistência foram feitos no período. A dominação, feita pelo Estado Autoritário, tendo na figura dos censores seus agentes diretos, e a resistência, feita por jornalistas e editores, que criavam formas de demonstrar que seu trabalho e suas opiniões estavam sob vigilância.

Afirma querer evitar uma visão maniqueísta da história. Para ela, trata-se de investigar e analisar um período específico em que a censura política é estabelecida, e em que a orientação externa ao periódico é visível e emblemática. Afirma que seu "(...) *propósito foi o de captar, a um só tempo, as intenções do Estado autoritário brasileiro por trás de um instrumental repressivo (a censura política) e as reações dos órgãos de divulgação sobre os quais este instrumental se impõe.*" (p. 22)

No livro, os censores não são nomeados, são tratados em bloco (pode ser o agente que ficava na redação do jornal, pode ser a polícia federal, pode ser o chefe do SNI, um general influente). Saber quem foram estes censores deixa-nos curiosos, mas a autora destaca que não eram os seus nomes, e sim o conteúdo da censura e o modo como o censor exercia seu poder que interessavam para a sua pesquisa. Manifestando em toda a obra uma clara postura anti-autoritária, mostra que, apesar de não trabalhar com depoimentos dos censores, os sinais deixados por onde passaram são bastante significativos para visualizarmos suas ações.

Ela procura captar as intenções do Estado autoritário, mas percebemos algumas vezes, mais do que intenções captadas, as inferências que a pesquisadora faz para atribuir significados aos atos do censor. Exemplo disso ocorre quando, ao analisar os arquivos de *O Estado de São Paulo*, afirma que os censores exigiam a retirada das cifras furtadas nos assaltos (p. 75). Arriscando uma interpretação, preconiza que o Estado temia que a população associasse tais acontecimentos à perversão das corporações militares e, ao mesmo tempo, tentava preservar a imagem de harmonia social, que o Estado autoritário teimava em construir para a nação. Não há, todavia, no texto e nos documentos que classifica, indícios sobre esse tipo de intenção. O que vemos nesse caso é a presença da historiadora atribuindo significados aos atos dos censores e não necessariamente à intenção da censura política.

A autora não pretendeu reconstituir a história da ditadura militar usando os jornais para checar dados já historiados. Ela os apresenta como documento com suas histórias de fundação, define suas linhas editoriais, vai atrás das lacunas preenchidas com poesias de Camões e de Gonçalves Dias, descreve as matérias censuradas, mostra-nos como a ditadura militar tentava exercer o controle social, que tipo de personagem e de matéria jornalística ou editorial era considerada detonadora de uma oposição ao regime, esclarecendo que nem sempre os assuntos censurados diziam respeito diretamente ao regime político ou aos atos de governo, embora, é claro, a maior parte deles assim o fizesse.

Algum jovem que assiste à televisão e lê os jornais de hoje é capaz de imaginar um Brasil que censurava um caso de seqüestro e assassinato de criança, como foi o “caso Carlinhos”? É possível imaginar um Brasil em que não haja profusão de notícias sobre as condições dos presídios ou o aumento da criminalidade? A autora mostra, ao trabalhar a classificação das notícias censuradas, quantas vezes os dois jornais foram impedidos de noticiar esse tipo de coisa. Os estudos comparativos que faz entre as notícias censuradas no *O Estado de São Paulo* e no semanário *Movimento* explicitam a lógica multifacetada e não aleatória da censura política.

Na introdução do texto, explica como trabalhou com tantos exemplares de jornais censurados, no vasto período que sua pesquisa abarca: elaborou fichas relativas a mais de 1000 matérias! Os exemplares pesquisados encontram-se preservados no arquivo do jornal “O Estado de São Paulo”, no Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular/Rio Arte, e na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Historiadora cuidadosa com suas fontes, fornece-nos as pistas dos arquivos, das fontes bibliográficas com as quais manteve diálogo profundo sobre a metodologia possível e pertinente ao trabalho que pretendia fazer.

Com o acervo de fichas montado, estabeleceu os critérios para agrupamento por temas, selecionando o que trabalhar diante da profusão de notícias e de idéias. A autora optou por fazer a apresentação dos temas e subtemas das matérias em quadros, de tal forma que o leitor pudesse fazer comparação entre as notícias censuradas no *O Estado de São Paulo*, um jornal liberal que apoiou o regime militar no seu início, e num jornal claramente opositor ao regime, da chamada imprensa alternativa, o *Movimento*. Com os quadros é possível também acompanhar o período em que a censura foi mais ativa e, conseqüentemente, a resistência mais criativa para driblá-la. Convém notar que a censura política não foi igual e linear para os dois jornais, em todo o período analisado.

Por fim, vale a pena destacar a importância de um estudo comparativo entre jornais diferentes na organização do trabalho, na concepção de jornalismo e nas propostas políticas que defendiam. Embora as diferenças sejam abismais, suas relações com a censura política e suas formas de resistência mostram o quanto é fundamental a luta pelo acesso irrestrito à informação e o quanto precisamos ficar alertas para a garantia dos direitos sociais.